Relatório de

Autoavaliação

2010

Comissão Própria de Avaliação da UCPel – CPA - UCPel
www.UCPel.tche.br/cpa

I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: **Universidade Católica de Pelotas** Código da IES: **018**

Caracterização: **Instituição privada**, **sem fins lucrativos**, **comunitária**, **confessional**

Estado: **RS** Município: **Pelotas**

Composição da CPA:

Componente	*Segmento*
Adriana Galho	**Docente**
Carla Diniz Lopes	**Docente**
Francisco de Paula Marques Rodrigues (Coordenador)	**Docente**
Gizela Leitzke Gotuzzo	**Docente**
Pedro Ernesto Andreazza	**Docente**
Augusto Garcia Schmidt	**Discente**
Jaciana Marlova Gonçalves Araujo	**Discente**
Loiva Fernandes Andrade	**Técnico-administrativo**
Maurício Romel Lopes Karini	**Técnico-administrativo**
Paula Pruski Yamim	**Técnico-administrativo**
José Artur Torres Ronna	**Sociedade civil**
Rui Idiarte Lucas	**Sociedade civil**

Período de exercício da CPA: **02 (dois) anos**

Ato de designação da CPA: **Portaria nº 209, de 25/08/2010** (biênio 2010/2012)

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme descrito nos relatórios anteriores (2004-2006, 2006-2008 e 2009), o processo de autoavaliação da UCPel operacionaliza-se a partir das seguintes ações: autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos estudantes (iniciada em 2005/1, com previsão de continuidade semestral); realização de pesquisas de opinião com professores, estudantes (com base nos questionários socioeconômicos do ENADE), egressos, comunidade geral, organizações da sociedade civil e entidades parceiras (realizadas em 2005 e 2008, com previsão de continuidade trianual) e levantamento de dados e informações descritivas, de acordo com os instrumentos de avaliação externa do INEP (iniciada em 2005/2, com previsão de continuidade anual) http://www.UCPel.tche.br/cpa/index.php?sCentro=php/auto_aval.php.

Esse processo autoavaliativo tem caracterizado-se pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação dos professores e o aperfeiçoamento docente; seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas junto à comunidade acadêmica, aos egressos e às entidades parceiras; ou mesmo pela manutenção permanente do *sítio* que serve como referência à avaliação externa – na totalidade dessas ações – os resultados têm servido para a Católica refletir sobre os seus pontos fortes e fracos.

Para o ciclo avaliativo 2010, valendo-se das experiências anteriores, a CPA optou por utilizar novamente o próprio Formulário de Avaliação Externa do INEP como instrumento-chave à construção do Relatório de Autoavaliação da Universidade. Mais do que isso, em 2010, os componentes da CPA-UCPel valeram-se do ambiente que antecedeu a avaliação externa da Universidade: cotejaram recorrentemente as metas previstas no PDI (2008-2012) e as ações efetivamente realizadas, releram os relatórios autoavaliativos anteriores, acessaram ao conjunto de evidências disponibilizadas pelos executores do PDI vigente e revisitaram a Universidade, tal como os avaliadores externos.

Observe-se, a seguir, a sequência lógica da autoavaliação, de acordo com os trechos sistematizados, que revelam a memória das reuniões da CPA ao longo de 2010:

> Antes do início da autoavaliação propriamente dita, cujo foco planejado é o cotejamento entre as metas contempladas no PDI (2008-2012) e as ações que a UCPel têm realizado efetivamente, o Coordenador da CPA, Prof. Francisco Rodrigues, comentou sobre o encontro que tivera a esse respeito com o Vice-Reitor, Médico José Carlos Bachettini Júniorr, tendo recebido sugestão para que o exercício de avaliação planejado pela CPA fosse além da simples comparação entre o previsto e o realizado, chegando no ponto de apontar os responsáveis pela execução das metas.
> Intentando, então, implementar a autoavaliação planejada originalmente, o sr. Coordenador solicitou ao Prof. Pedro Ernesto, "responsável" pela Dimensão 01, para apresentar os resultados de sua análise. Com a palavra, o Prof. Pedro Ernesto Andreazza distribuiu aos presentes planilha com os objetivos e metas da Dimensão 01 e, contando com a contribuição do Prof. Rolf Lichtnow, foram feitos os primeiros relatos, verificando-se durante as explanações e comentários que o exercício de controle realizado atualmente pela Universidade fica aquém dos estágios pretendidos ou sugeridos, respectivamente, pela CPA e Reitoria, ou seja, considerando-se conteúdo e forma dos registros comprobatórios de exeqüibilidade das metas, torna-se impossível quantificar ou mesmo estabelecer responsabilidades aos mesmos.
> Dando prosseguimento ao trabalho e reiterando o caráter formativo não só da reunião, mas do próprio processo de avaliação institucional da UCPel, desde sua origem, o Prof. Francisco solicitou ao Prof. Daniel Prá, "responsável" pela Dimensão 02, para que procedesse sua análise.
> Com a palavra, o Prof. Daniel enfatizou a enorme dificuldade para avaliação da exeqüibilidade ou realização do significativo número de metas contidas na Dimensão 02, ratificando de certo modo a inexistência de subsídios e/ou registros institucionais para tal. A partir da exemplificação de várias dessas lacunas no próprio sítio da UCPel como, por exemplo, a inexistência de um link ao Programa de Educação a Distância (PEaD), ausência de indícios claros de aprimoramento do sistema acadêmico ou mesmo de políticas para oferta de cursos fora de sede, dentre outras evidências, enfim, o Prof. Daniel, assim como já fizera o Prof. Pedro Ernesto, comprovou que deveria repensar-se o delineamento de dados previsto à estratégia de autoavaliação proposta pela CPA em seu Plano de Ação – 2010.
> Em relação a essas possibilidades de divergências entre instrumentos de avaliação e critérios, o representante da sociedade civil, José Artur Torres Ronna, salientou ainda o significado da nota 4 (quatro) que havia sido atribuída à Dimensão 1, quando se cotejavam ações realizadas em 2009 e o Formulário de Avaliação Externa e a perspectiva de discrepância desse referencial em relação à proposta de comparação entre previsto e realizado no PDI (2008-2012).
> Nesse sentido, o Prof. Francisco Rodrigues comprometeu-se em retornar à Reitoria essas evidências, redirecionando, provavelmente, a trajetória planejada pela CPA em seu Plano de Ação – 2010. Objetivamente comprovou-se que será preciso sincronizar as ações, tanto da CPA como da Reitoria, intentando avaliar ou mesmo cotejar, com qualidade, o previsto e o realizado no PDI (2008-2012).
> Por fim, ainda em relação à metodologia autoavaliativa, a Discente Jaciana Araújo sugeriu que se subdividissem as análises até 2010/2 e após esta data, a fim de facilitar o cotejamento entre as metas com prazos já encerrados e ações permanentes ou ainda a ser efetivadas.
>
> **Ata nº 04/2010 (Reunião realizada em 30/06/2010)**.
> http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Junh30_2010.pdf

> Reiterando compromisso firmado na reunião anterior, o Professor Francisco Rodrigues relatou detalhadamente seu retorno à Reitoria e a excelente acolhida do Vice-Reitor, Médico José Carlos Bachettini Júnior, passando a descrever várias ações decorrentes desse encontro, iniciando pela constituição de um "comitê de recredenciamento", liderado pelo Vice-Reitor e a disponibilização especial das assessoras Ana Maria Hackbart e Daiane Dias ao processo, passando por uma reunião protagonizada pela Reitoria, ocorrida em 7 de julho, quando diversos segmentos foram também chamados a participar do processo de avaliação externa e chegando, por fim, na apresentação do cronograma que se encerra em 2 de agosto, como último prazo aos responsáveis pela execução do PDI (2008-2012) entregarem evidências do cumprimento de objetivos e metas.
>
> **Ata nº 05/2010 (Reunião realizada em 28/07/2010)**.
> http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Jul28_2010.pdf

O Professor Francisco Rodrigues apresentou, ainda, a nominata completa do "comitê de credenciamento": Reitor Alencar Proença, Vice-Reitor Médico José Carlos Pereira Bachettini Júnior, Pró-Reitora Myriam Cunha, Pró-Reitor Carlos Sinnott, Coordenador de Graduação Rubilar Simões Júnior, Coordenador Administrativo Demócrito Santos, Coordenador da CPA Francisco Rodrigues, Técnica Loiva Andrade e assessoras Ana Maria Hackbart e Daiane Dias; bem como os responsáveis pelas dimensões ou executores institucionais do PDI (2008-2012):
Dim.01) Alencar Proença, José Carlos Pereira Bachettini Júnior, Rolf Lichtnow; Dim.02) Myriam Cunha, Ricardo Silva, Fabian Primo, Fabiane Marroni, Rubilar Simões Júnior; Dim.03) Fabiane Marroni, Sérgio Cardoso; Dim.04) Cleiton Decker; Dim.05) Maurício Karini, Rubilar Simões Júnior; Dim.06) Alencar Proença, José Carlos Pereira Bachettini Júnior; Dim.07) Paula Yamim, Ramiro Saldaña Garin, Cristiane Santos, Marco Antônio Lhullier Moreira, Clotilde Victória; Dim.08) Francisco Rodrigues; Dim.09) Maria Cristina Padilha, Rubilar Simões Júnior, Fabian Primo, Fabiane Marroni; Dim.10) Carlos Sinnott, Sérgio Cardoso, Rolf Lichtnow, Demócrito Santos.
Dando prosseguimento à reunião, o Vice-Reitor, Médico José Carlos Pereira Bachettini Júnior, além de abordar vários temas relacionados à avaliação da Universidade, concluiu que sua intenção era submeter, ainda, à apreciação da CPA toda documentação comprobatória e organizada por seu "comitê", como mais uma estratégia de simulação à avaliação externa. Sendo assim, o Professor Francisco Rodrigues sugeriu que a CPA privilegiasse também esta possibilidade como a principal estratégia metodológica à construção do Relatório de Autoavaliação (2010), tendo sido esta proposta aceita, devendo ainda sua logística ser aprimorada até a próxima reunião da CPA (dia 25/08) ou tempestivamente, caso seja necessário algum encontro anterior a esta data.

Ata nº 05/2010 (Reunião realizada em 28/07/2010).
http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Jul28_2010.pdf

O Coordenador da CPA, Professor Francisco Rodrigues, saudou a todos e deu início aos trabalhos, reiterando que a convocação por telefone, bem como o caráter extraordinário da reunião, havia decorrido de solicitação do Vice-Reitor, Médico José Carlos Pereira Bachettini Júnior, e do compromisso firmado pela CPA em avaliar o conjunto de evidências institucionais preparadas à avaliação externa, tendo em vista o Processo de Recredenciamento da Universidade.
Dando prosseguimento à reunião, o Professor Francisco Rodrigues ratificou aos presentes suas responsabilidades pela avaliação (previsto x realizado) do PDI, conforme Ata no 02/2010, apresentando a todos o conjunto de evidências atreladas a cada uma das dez dimensões do PDI (2008-2010), que se haviam organizado, previamente, no "comitê de recredenciamento". Logo após, distribuiu e solicitou aos responsáveis por cada Dimensão que analisassem os documentos correspondentes e preenchessem planilhas, formatadas em quatro colunas: Meta ou Ação do PDI; Estágio de Execução (integral ou parcial); Evidência(s) Apresentada(s) e Parecer do Avaliador, configurando assim o processo planejado na reunião anterior, que visava, como mais uma estratégia de simulação à avaliação externa, submeter à apreciação da CPA toda documentação institucional comprobatória e organizada pelo "comitê de recredenciamento" presidido pelo Vice-Reitor. Cabe registrar que, embora houvesse uma expectativa de conclusão desse processo em três dias, devido às particularidades (agenda dos protagonistas) e peculiaridades (substituições de responsáveis, tanto da CPA como da UCPel) ou mesmo o grande porte de várias dimensões, o trabalho de alguns componentes da CPA estendeu-se por dez dias, sistematizando-se os resultados como segue:

Dim.	Responsável	Nº Metas avaliadas	Nº Evidências adequadas	Nº Sugestões p/ melhoria
01	Pedro E. Andreazza	06	04	02
02	Daniel Prá	32	52	16
03	José Artur Ronna*	07	13	01
04	Loiva Andrade	08	28	05
05	Maurício Karini	13	30	07
06	Gizela Gotuzzo	03	09	03
07	Paula Yamim	17	44	07
08	Francisco Rodrigues	12	25	00
09	Jaciana Araújo	12	20	06
10	Pedro E. Andreazza	12	10	01
PDI (2008-2012) / 67 objetivos		122	235	48

* O Rep. José Artur Ronna optou por reorganizar pessoalmente as evidências da Dimensão de sua responsabilidade.

Registre-se, também, que durante a avaliação houve a necessidade de inúmeras adaptações aos procedimentos inicialmente previstos como, por exemplo, o agrupamento de metas para melhor acentuar evidências (dimensões 01, 05, 07 etc) e a transposição ou interseção de várias evidências para mais do que uma meta (dimensões 01, 02, 08, 10 etc).
Houve, ainda, encontros-extras entre assessores do "comitê de recredenciamento" e componentes da CPA com executores institucionais do PDI (2008-2012) como foram os casos das dimensões 02, 03, 05, 07 e 09, destacando-se nesse sentido a presteza da Assessora Ana Maria Hackbart, que garantiu essas interlocuções, com a devida brevidade e, em algumas ocasiões, continuidade.
De acordo com o Vice-Reitor, Médico José Carlos Pereira Bachettini Júnior, na medida em que seu "comitê" retornar as 48 sugestões de melhorias apontadas pela CPA aos executores institucionais do PDI (2008-2010) deverá refinar-se ainda mais o processo de organização da documentação comprobatória à avaliação externa.
Por fim, considerando o curto prazo para execução dessas ações, optou-se pela suspensão de reunião ordinária da CPA, originalmente agendada para o dia 25 de agosto, devendo a presente Ata ser incorporada aos registros oficias da CPA e apreciada, juntamente, com a Ata no 05/2010.

Ata nº 06/2010 (Reunião realizada em 17/08/2010).
http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Ago17_2010.pdf

Relembrando a proposta aprovada em 28/07/10, Ata no 05/10, o Coordenador da CPA reiterou a sugestão da CPA privilegiar essa ação realizada em conjunto com o "comitê de recredenciamento" como a principal estratégia metodológica à construção do Relatório de Autoavaliação (2010). De acordo com o Professor Francisco Rodrigues, as 48 sugestões de melhorias apontadas pela CPA aos executores institucionais do PDI (2008-2010) parecem mesmo ter servido para refinar ainda mais o processo de organização da documentação comprobatória ou evidências à avaliação externa, tendo em vista o volume de correspondências e reuniões protagonizadas pela vice-reitoria, após a avaliação realizada pela CPA (ver Ata nº 06/10).
Entretanto, de acordo com os professores e técnicos que participaram da coleta e organização dessa documentação comprobatória, parece haver consenso a respeito do quanto a Universidade precisa ainda aprender sobre o planejamento de seu futuro e a construção de indicadores precisos para haver possibilidade real de cotejamento entre aquilo que estava (está) previsto no PDI e foi (será), efetivamente, realizado.
Sendo assim, considerando esse estágio de aprendizagem institucional, o Professor Francisco Rodrigues propôs que se repita ainda, em 2010, a mesma estratégia utilizada em 2009, ou seja, que a CPA da UCPel privilegie os critérios de avaliação do Instrumento do INEP como parâmetros à autoavaliação da Universidade, tendo esta proposta sido aceita pelos presentes.
Como forma de operacionalização deste processo avaliativo, o Professor Francisco Rodrigues comprometeu-se de enviar aos componentes da CPA o novo Formulário de Avaliação Externa de IES, que deverá ser disponibilizado em breve pelo INEP.
Ficou acordado, também, que a logística desta avaliação será detalhada na reunião do próximo dia 27 de outubro.

Ata nº 07/2010 (Reunião realizada em 29/09/2010).
http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Set29_2010.pdf

Reiterando a idéia de repetir, em 2010, a mesma estratégia utilizada em 2009, que privilegiara os critérios avaliativos do Instrumento de Avaliação Externa de IES do INEP como parâmetros à autoavaliação da UCPel, o Professor Francisco Rodrigues adicionou ao processo de análise das evidências que os componentes da CPA já haviam trabalhado junto ao "comitê de recredenciamento", em primeiro lugar, o novo Instrumento de Avaliação Externa de IES e, em segundo lugar, os textos (correspondentes às dez dimensão) que a UCPel utilizou na ocasião do preenchimento e envio do Formulário Eletrônico específico à avaliação externa. Sendo assim, considerando cada componente da CPA tomando posse destes três elementos (Instrumento de Avaliação Externa + textos oficiais da Universidade à avaliação externa + conjunto de evidências atualizadas), solicitou novamente aos responsáveis por cada uma das dimensões que efetivassem suas avaliações correspondentes, desta vez utilizando como parâmetros os referenciais mínimos de qualidade sugeridos pelo INEP.

Ata nº 08/2010 (Reunião realizada em 27/10/2010).
http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Out27_2010.pdf

Considerando o conjunto de procedimentos preliminares à Avaliação Externa, que deverá ocorrer de 5 a 9 de dezembro (agenda da visita *in loco* dos avaliadores externos à UCPel), os presentes optaram por prorrogar o fechamento do Relatório de Autoavaliação (2010) até o prazo fixado pelos responsáveis pela execução do PDI (2008-2012) atualizarem definitivamente as evidências selecionadas à apreciação dos avaliadores externos.
Sendo assim, reiterando a hipótese de cada componente da CPA analisar, respectivamente, o Instrumento de Avaliação Externa, os textos oficiais da Universidade à avaliação externa e mais o conjunto de evidências atualizadas pelos gestores, a CPA-UCPel, de certo modo, optou por avaliar a Universidade a partir dos mesmos elementos da Comissão do INEP, permitindo-se assim um cotejamento futuro.
Ficou acordado, também, que os "autoavaliadores" retornariam os resultados à coordenação da CPA tão logo concluíssem suas parciais, objetivando o fechamento do Relatório de Autoavaliação (2010).

Ata n^{o} 09/2010 (Reunião realizada em 24/11/2010).
http://www.ucpel.tche.br/cpa/arquivos/atas/Ata_Nov24_2010.pdf

Retome-se, por fim, um registro fotográfico que comprova a organização e apresentação das evidências à avaliação, bem como as assessoras Ana Maria Hackbart e Daiane Dias na sala disponibilizada aos avaliadores externos:

Ratifica-se que o Instrumento de Avaliação Institucional utilizado pela CPA-UCPel para construção deste Relatório de Autoavaliação (2010) foi elaborado de forma conjunta pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e sua formulação teve como referência os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e seus padrões de qualidade.

Esse instrumento, instituído no final de 2008 e revisado em setembro de 2010, segundo os protagonistas de sua concepção, possui a abrangência e a flexibilização necessárias para assegurar uma avaliação fidedigna das instituições, realçar as especificidades que marcam cada uma delas, e viabilizar a sua utilização associada a indicadores diagnósticos que contribuirão para uma análise mais substancial da realidade. É o mesmo instrumento utilizado pelos avaliadores externos nas modalidades presencial e a distância e compõe o processo de continuidade à implementação dos instrumentos que permitirão operacionalizar o SINAES.

Seguindo orientações contidas no instrumento, fazem parte do processo:

a) Ações preliminares da avaliação: fazer leitura do PDI; analisar os relatórios de autoavaliação e demais informações disponibilizadas pela IES no sistema e-MEC.

b) Instruções para preenchimento: observar, para cada indicador, o critério referencial mínimo de qualidade; cotejar criteriosamente, para cada indicador, o respectivo referencial mínimo de qualidade com as informações documentais e com as condições apresentadas *in loco* pela IES; atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões avaliativas, nos quadros "CONCEITO DA DIMENSÃO"; levando-se em conta as análises dos respectivos indicadores da dimensão, a atribuição dos conceitos deve ser feita da forma seguinte:

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões deverão ser descritos de forma contextualizada, abrangente, coerente e sintética nos quadros, mantendo-se sempre a coerência entre a análise quantitativa e a análise qualitativa.

Objetivando facilitar a leitura do presente Relatório, a seguir apresenta-se o Instrumento de Avaliação Externa de Universidades, contendo suas dimensões, indicadores e seus referenciais mínimos de qualidade.

Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
1.1 – Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	Quando as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.
1.2 – Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas).	Quando os resultados da autoavaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.

Dimensão 2 - A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
2.1 - Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.	Quando as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.
2.2 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.	Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.
2.3 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).	Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.
2.4 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).	Quando as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, a IES possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação stricto sensu, todos recomendados pela CAPES, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado.
2.5 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).	Quando as atividades realizadas na pós-graduação lato sensu e stricto sensu, na modalidade a distância, observam os referenciais de qualidade desses cursos, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Dimensão 2 - A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
2.6 - Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.	Quando as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes.
2.7 - Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.	Quando as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

Dimensão 3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
3.1 - Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.	Quando as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.
3.2 - Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	Quando as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional da região.
3.3 - Relações da IES com a sociedade: inclusão social.	Quando as ações da IES com vistas à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.
3.4 - Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	Quando as ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
4.1 - Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	Quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.
4.2 - Comunicação interna e externa.	Quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES.
4.3 - Ouvidoria.	Quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
5.1 - Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.	Quando as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.
5.2 - Formação do corpo docente.	*Universidades e Centros Universitários:* Quando o corpo docente da IES tem experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e 100% têm formação mínima em nível de pós-graduação lato sensu; desses, 70% possuem formação mínima em nível de pós-graduação stricto sensu e pelo menos 20% possuem o título de doutor. *Faculdades:* Quando todo o corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação lato sensu e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES.
5.3 - Condições institucionais para os docentes.	*Universidades:* Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral* (Lei 9.394/1996 – Art. 52). *Centros Universitários:* Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral* (Decreto 5.786/2006 – Art.1°). *Faculdades:* Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas e acompanhadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica.
5.4 - Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.	Quando o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados ás políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Além disso, o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido.
5.5 - Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Quando o corpo de tutores presenciais tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.
5.6 - Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Quando o corpo de tutores a distância tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

Dimensão 6 - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
6.1 - Coerência da organização e gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.	Quando a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI.
6.2 - Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	Quando a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações.
6.3 - Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.	Quando o funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.
6.4 - Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	Quando o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

Dimensão 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
7.1 - Coerência da Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.	Quando a infraestrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI.
7.2 - Instalações gerais.	Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas.
7.3 - Instalações gerais nos pólos para educação a distância (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Quando há, nos pólos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade adequadas.
7.4 - Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.	Quando há, nos pólos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade adequadas.
7.5 - Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca (s).

Dimensão 8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
8.1 - Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.	Quando o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional da IES estão coerentes com o especificado no PDI.
8.2 - Autoavaliação institucional.	Quando a Comissão Própria de Avaliação está implantada e funciona adequadamente, há efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de autoavaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.
8.3 - Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.	Quando a IES implementa adequadamente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação e das avaliações externas.

Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos discentes.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
9.1 - Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	Quando as políticas de atendimento aos discentes da IES estão coerentes com as especificadas no PDI.
9.2 - Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.	Quando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados.
9.3 - Condições institucionais de atendimento ao discente.	Quando se verifica a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.
9.4 - Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	
Indicadores	**Conceito referencial mínimo de qualidade**
10.1 - Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.	Quando a sustentabilidade financeira da IES está coerente com a especificada no PDI.
10.2 - Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.	Quando se verificam a adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, e o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis, e existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa correntes, de capital e de investimento.
10.3 - Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	Quando existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Ressalta-se, ainda, considerando o **Ofício Nº 000338 do MEC/INEP/DAES**, que os avaliadores externos deverão adotar os seguintes procedimentos:

1 A análise dos dados do formulário eletrônico preenchido pela IES deve se restringir aos cursos e atividades presenciais da instituição, mesmo quando a IES tiver preenchido os campos referentes à educação a distância. A avaliação externa para a educação a distância será objeto de procedimento específico que se dará em uma outra ocasião;

2 A avaliação in loco deverá se alicerçar na análise das condições verificadas no campus sede da instituição, do PDI, do Relatório de autoavaliação institucional e nos relatos obtidos através de entrevistas com a comunidade acadêmica do campus sede (dirigentes, professores, alunos e funcionários) e com os representantes dos demais campi (dirigentes, professores, alunos e funcionários);

3 É imprescindível que nas considerações finais do relatório de avaliação, e em parágrafo exclusivo, seja registrada uma informação fundamentada sobre a necessidade de avaliação externa para um ou mais campi da instituição objeto da visita;

4 Ratifica-se que o PDI que subsidiará a análise da comissão deve ser necessariamente o que foi protocolado por ocasião da abertura do processo no sistema (SAPIENS ou e-MEC).

III – DESENVOLVIMENTO

Sendo assim, procurando manter a máxima fidedignidade possível com o preenchimento do Formulário Eletrônico de Avaliação Externa do INEP apresenta-se, a seguir, o Relatório de Autovaliação (2010) da UCPel.

Breve Contextualização

. Instituição .

A Universidade Católica de Pelotas – UCPel – é mantida pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura – SPAC, associação civil de fins não econômicos, de natureza católica, comunitária e filantrópica, com sede e foro na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 813. Os atos constitutivos e suas posteriores estão devidamente registrados no Ofício dos Registros Especiais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n.º 658 a fls. 208V do Livro A-3, CNPJ 92.238.914/0001-03. A UCPel situa-se na Rua Félix da Cunha, n.º 412, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. É uma universidade comunitária, pois, paralelamente ao ensino e a pesquisa, salienta-se a função social que implica a produção do conhecimento para promover a cultura, ciência, tecnologia.

Essa abrangência comunitária da UCPel pode ser observada em sua **missão**: "investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade".

A UCPel faz parte de uma região geográfica caracterizada pelos 29 municípios da chamada Zona Sul do Estado. Segundo o IBGE, de 1.066.268 habitantes, 343.167 são residentes em Pelotas, representando 32,18%. Cerca de 95% da sua população vive na zona urbana. O setor de serviços representa cerca de 60%, a indústria 33% e o setor primário 7%. Na saúde, oferece 32% dos leitos hospitalares. A rede de ensino fundamental e médio é atendida por 53 escolas estaduais, 2 federais, 91 municipais e 52 particulares. No ensino superior, além da UCPel, sedia, igualmente, uma universidade federal, um instituto federal de educação e faculdades isoladas.

O decreto presidencial n.º 49.088, de 7 de outubro de 1960, oficializou a criação da Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas, que reunia, na época, três faculdades em Pelotas e os núcleos de Bagé e Rio Grande, os quais, posteriormente, se desmembraram, ficando, então, o seu nome simplificado, por decisão do Conselho Universitário, para Universidade Católica de Pelotas. Compõe-se, atualmente, de quatro centros: Ciências da Vida e da Saúde; Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais; Educação e Comunicação; e Politécnico; e de três institutos superiores: de Filosofia, de Cultura Religiosa e de Teologia "Paulo VI".

Além das atividades de graduação, a UCPel oferece cursos e programas de pós-graduação com dois doutorados: Letras e Saúde e Comportamento, e quatro mestrados: Letras, Saúde e Comportamento, Política Social e Ciência da Computação. No ensino de pós-graduação *lato sensu*, a UCPel mantém uma significativa oferta de cursos, com base na demanda regional.

Um registro especial deve ser feito ao Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP), uma referência regional do cuidado à saúde. Além de prestar atendimento a 90% dos pacientes pelo Serviço Único de Saúde, administra, juntamente com o curso de Medicina, postos médicos espalhados pelos principais bairros da cidade, assistindo, com exclusividade, a população socialmente fragilizada, reconhecidos pelos pacientes como de excelente padrão de acolhimento e procedimentos ambulatoriais.

Breve Contextualização

. Instituição .

A UCPel insere-se plenamente no contexto regional do sul do Estado do Rio Grande do Sul por meio de ações concretas em programas diversos, mantendo convênios com vários municípios, realizando cursos por demanda das comunidades, cooperando, assim, de maneira efetiva, na formação de profissionais capazes de atender às necessidades de recursos humanos e ao desenvolvimento da região. Todas essas ações e muitas outras identificam, claramente, a inserção regional e a liderança da UCPel no Sul do Estado, como vêm expressas na declaração de sua **visão**: "Nós queremos ser uma Universidade reconhecida como pólo de referência em educação, tecnologia, desenvolvimento e saúde. Um centro de empreendedorismo voltado para a solução dos problemas locais e regionais, com ênfase nas questões urbanas."

. Síntese da Avaliação .

Avaliação – Simulação da Avaliação Externa da UCPel pela CPA em 2010

Conceito	1	2	3	4	5
	○	○	◉	○	○

Grupo de indicadores – Ações preliminares da avaliação

O arquivamento do Processo N^{o} e-MEC 20076289, em 31/10/2008, que originalmente serviria como um dos principais referenciais à avaliação externa da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), sem dúvida, foi uma estratégia relevante, tendo em vista a possibilidade de atualização, especialmente, dos objetivos e metas contidos no PDI (2008-2012), que está vigendo atualmente na Universidade.

Nesse sentido, destacam-se nesse contexto preliminar à avaliação externa da UCPel, pelo menos, dois aspectos positivos: o primeiro que facilitará o cotejamento entre o previsto e o realizado, tomando como base o PDI (2008-2012), cuja síntese está contida no Processo e-MEC N^{o} 200905587 (fonte atual de consulta aos avaliadores externos) e o segundo, pois essa mesma síntese do PDI (2008-2012) já foi construída com base nas dez dimensões do SINAES e na maioria de seus indicadores e respectivos referenciais de qualidade.

Dimensão 1 – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

A missão da Universidade Católica de Pelotas é "Investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade". Para concretizar sua missão, bem como as políticas estabelecidas no seu PPI, a UCPel construiu seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em 2003 em vigência até 2007, quando elaborou o atual, para vigorar entre 2008 e 2012 (processo e-MEC n° 200905587). Para melhor aderência às avaliações internas e externas e para o uso responsável da crítica como forma de revisão, de melhoria processual e até mesmo de mudança de rumos, a UCPel adotou, como base estrutural do PDI, as dez dimensões do SINAES. Os objetivos e metas do PDI têm a intenção de garantir a implementação da missão da UCPel, sempre acompanhada e revitalizada por um processo constante de reavaliação.

Nessa direção, busca-se, permanentemente, promover a articulação entre PDI e PPI, por meio da conscientização da comunidade universitária a respeito do significado institucional deste Plano e da consolidação de práticas institucionais visíveis para a comunidade.

. Síntese da Avaliação .

Para que se mantenha conexão entre os objetivos e metas estabelecidos no Plano e a realidade institucional, cumprindo o cronograma estabelecido para implementação do PDI, este tem sido utilizado como referencial básico para programas e projetos, assim como para expansão institucional e demais propostas acadêmico-administrativas, promovendo a visibilidade do PDI e o atendimento à missão institucional. Concretizar a missão e as políticas da UCPel, nas ações diárias, é o grande desafio. Para tanto, o PDI foi construído com o envolvimento de diversos segmentos da comunidade universitária, dividindo responsabilidades e definindo estratégias, num trabalho constante para torná-lo um efetivo projeto de gestão acadêmico-administrativo. Nesse caminho, além das discussões em nível diretivo e com a comunidade universitária, a UCPel contou, ainda, com o apoio de uma consultoria externa, especializada em educação superior. Ademais, cabe registrar que a CPA utiliza o Instrumento de Avaliação Institucional Externa para promover a autoavaliação, cotejando as dimensões e seus indicadores com a missão institucional articulada ao PPI e ao PDI. Nesse contexto, os resultados dos processos avaliativos têm norteado o replanejamento e redirecionamento de projetos no âmbito do PDI e PPI, sendo impulsionadores, inclusive, da reestruturação acadêmico-administrativa implementada na UCPel. O PDI, que tem sido pauta permanente de discussões institucionais, está disponível no site e é divulgado permanentemente à comunidade acadêmica. No momento atual, realiza-se um processo de revisão dos indicadores de acompanhamento dos objetivos e metas estabelecidos, ratificando os planos que produziram bons resultados e elaborando novos planos de ação, com vistas à busca constante da qualidade e da sustentabilidade, cumprindo, assim, com a missão institucional. Deseja-se, assim, que a Universidade seja compreendida em sua historicidade, como um filme com roteiro e movimento e não como um quadro estanque de uma fotografia.

Nesse sentido, finalizada a etapa de verificação das evidências, pode constatar-se que as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração e os resultados da autoavaliação e das avaliações externas estão sendo utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, verificando-se a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos. Sendo assim, a avaliação dos indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito	1	2	3	4	5
	○	○	○	◉	○

Dimensão 2 - A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

As políticas e diretrizes de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão estão estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e são articuladas pela Pró-Reitoria Acadêmica (PRAc). A operacionalização ocorre por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), atendidas as normas, regulamentos e resoluções, que explicitam os procedimentos e os mecanismos para sua efetivação.

A graduação está estruturada em regime seriado, por meio de um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem, composto por disciplinas, estágios, trabalhos de curso, práticas educativo-pedagógicas e atividades complementares.

. Síntese da Avaliação .

As atividades de ensino-aprendizagem são agrupadas em séries, dispostas numa sequência, de modo a assegurar ordenação mais favorável à aquisição progressiva dos conhecimentos, habilidades e competências, considerados necessários à formação dos estudantes. As atividades complementares, reguladas pela Resolução 258/2009, figuram como importantes ações de articulação entre o PPI e os PPC, sendo oferecidas na modalidade presencial, semi-presencial e a distância. O Programa de Monitorias é uma alternativa pedagógica oferecida ao aluno para aprofundamento de conhecimentos e aperfeiçoamento de competências e habilidades; cerca de 150 estudantes por semestre participam do programa. A pós-graduação stricto sensu é realizada nas áreas de atuação da UCPel, tendo, cada Centro, um Programa credenciado pela CAPES. Essa organização possibilita espaço para participação dos alunos de graduação e pós-graduação nos mecanismos de pesquisa e de produção do conhecimento. A implantação da pós-graduação stricto sensu iniciou-se em 1990, sendo os Programas autorizados pela CAPES a partir de 2001. Atualmente, a UCPel conta com quatro mestrados (Letras, Saúde e Comportamento, Política Social e Ciência da Computação) e dois doutorados (Letras e Saúde e Comportamento), com 224 estudantes e 47 docentes. No início de 2010, solicitou-se à CAPES o credenciamento de novo curso de mestrado profissionalizante (Tecnologias do Conhecimento). Nesse contexto, 10 docentes recebem bolsa de produtividade do CNPQ, sendo responsáveis pela orientação de 130 alunos de Iniciação Científica. A UCPel recebe 35 bolsas do BIC-CNPQ, 15 do PROBIC-FAPERGS e mantém programa próprio com 80 bolsas de iniciação científica. No nível de pós-graduação lato sensu, a UCPel mantém oferta de cursos, com base na demanda regional. Atualmente são ofertados 13 cursos (dos quais, 3 na cidade de Rio Grande), envolvendo 225 estudantes. A oferta de especializações resguarda a identidade da IES e dá sua contribuição técnico-científica à comunidade regional. Como incentivo aos egressos, são concedidos descontos e bolsas para os cursos de pós-graduação. A extensão, como prática acadêmica, interliga a Universidade com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania. A UCPel conta com projetos permanentes nas áreas de direitos humanos, educação inclusiva, arte e cultura, saúde, economia solidária, terceira idade, entre outros. Para incentivar a participação dos estudantes, foi criado o Programa de Iniciação à Extensão. Até julho de 2010, tem-se institucionalizadas 196 atividades de extensão, envolvendo 399 estudantes, 196 docentes e beneficiando cerca de 65 mil pessoas da comunidade externa. A Editora da Universidade mantém linha editorial que estimula a produção científico/acadêmica, além de cumprir sua função no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão. O Escritório de Desenvolvimento Regional desenvolve mecanismos de interação com o setor produtivo, disponibilizando conhecimentos científicos, tecnológicos, informações e serviços, organizando suas atividades sob a forma de programas e projetos para o atendimento às necessidades da região. Integram o EDR: a Incubadora de Empresas, a Empresa Júnior e o Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas, responsável pelo único banco de dados econômicos e sociais da região. A UCPel é, também, parte ativa na criação do Parque Tecnológico de Pelotas.

Sendo assim, considerando-se o conjunto de evidências analisadas, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito

1	2	3	4	5
○	○	◉	○	○

Dimensão 3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Consideradas as evidências apresentadas e análises efetuadas, confrontados os registros verificados, depreende-se que as políticas de responsabilidade social são perfeitamente coerentes com o PDI (2008-2012). A propósito, cumpre salientar a variada gama de iniciativas, ações, projetos e realizações merecedoras de destaque.

Projeto de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania (PAIC-UCPEL) com objetivo de oportunizar cursos básicos de informática a jovens de famílias de baixa renda e adultos excluídos do mercado de trabalho, propicia o resgate da autoestima, o despertar da autonomia e a inserção no mercado de trabalho. Por meta a promoção do ser humano, transmite conhecimentos básicos de softwares Word, Excel, Windows e uso da Internet. Atualmente, trinta turmas estão sendo beneficiadas nos cursos básicos oferecidos gratuitamente em variados locais e escolas do município.

Educação Surda (comunidade envolvida com a surdez em geral); Oficina de Fisioterapia na Escola Louis Braille (deficientes visuais); Programa de Inclusão da UCPEL (pessoas com dificuldades especiais); Projeto Comunidade Viva (comunidade do entorno do Instituto Dom Antônio Zattera); CAPS-ESCOLA (portadores de transtorno mental); Jornalismo Comunitário (comunidade da Vila Princesa e Colônia de Pescadores Z-3); Serviço de Assistência Judiciária (comunidade carente); Programa de Formação, Assessoria e Apoio à Participação em Políticas Públicas (comunidade carente); Inclusão Social Através da Moda (mulheres do Projeto Comunidade Viva); Voltando à Sala de Aula (pessoas de meia e terceira idade); CETRES (Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade) (pessoas de meia e terceira idade); Fisioterapia no Asilo de Mendigos (pessoas de meia e terceira idade e moradores do Asilo de Mendigos).

Na área específica às crianças, releva salientar as práticas denominadas Terceiro Movimento Inclusivo; Educação para a Saúde; Feira de Ciências; Circuito de Filosofia; 3º Natal Luz; Sala de Recreação Terapêutica – HUSFP; Hora do Conto; Inclusão Digital; Coleta Seletiva do Lixo; Horta Agroecológica; Brinquedoteca no Lar São Luiz Gonzaga; Oficina de Culinária, Geração de Renda e Educação Ambiental no Lar São Luiz Gonzaga.

Dentre os muitos programas de extensão, destacam-se, sobremaneira, os direcionados para Arte e Cultura: Projeto Galeria de Arte – GARTE (promove e divulga as diversas manifestações nas artes plásticas e visuais, bem como a conservação e restauração de bens culturais, propiciando ao público, artistas e estudiosos, o conhecimento na produção artística, além de estimular a criatividade, visando à formação cultural do cidadão); Projeto Coral (o Coral da UCPel gera oportunidades aos acadêmicos na modalidade de atividade extracurricular, afora integrar a Instituição na comunidade e estimular as relações interpessoais); Quiosque Nelson Nobre Magalhães (desenvolve ações destinadas ao atendimento do público em geral e realização de exposições fotográficas sobre temas históricos e culturais da cidade); Laboratório de Acervo Digital – LAD (promove processos de higienização, catalogação e digitalização de acervos históricos de Pelotas para servir de apoio às pesquisas acadêmicas, aos estudantes em geral e à comunidade); Projeto Cultura para Todos (estimula eventos artísticos e culturais, buscando a permanente integração entre a Universidade e a comunidade, englobando os subprojetos “Encontro de Corais”, “Mostra de Arte e Cultura”, “Concerto de Natal” e “Apoio a Eventos Acadêmicos”); Memória Fotográfica da UCPel (pelo trabalho de pesquisa na comunidade e entre professores e alunos, resgata a memória da Universidade, disponibilizando à comunidade o diversificado acervo).

. Síntese da Avaliação .

Nas ações direcionadas à educação e cidadania destaca-se, também, o NESIC – Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (projeto de extensão operando há dez anos e destinado a apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária – cooperativas populares, empresas recuperadas, redes de empreendimentos solidários etc – pelo intercâmbio de experiências e conhecimentos dos grupos incubados e do saber desenvolvido na Universidade).

Os temas relacionados com o meio ambiente também merecem atenção especial da Instituição, a exemplo do Projeto Sorrindo Verde (projeto interdisciplinar que visa à educação integral e desenvolvimento econômico e social da comunidade do Lar da Criança São Luiz Gonzaga, mantendo horta agroecológica, coleta de plantas medicinais, coleta de lixo e reciclagem de papel, efetivando a responsabilidade social como fator de transformação); Bio Ação e Escritório de Perícias Técnicas Ambientais – EPTA (oportunizando a conscientização das pessoas sobre a importância de temas que garantam a sobrevivência humana e a vida no planeta).

Na área da saúde, o Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP), de natureza beneficente, cadastrado no Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde, referência também como laboratório de ensino, tem recebido inúmeras premiações na esfera municipal e estadual. Dispõe de 255 leitos, com aproximadamente 80% de seus atendimentos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), representados, em 2009, por cerca de 8,1 mil internações, afora ao redor de 2,6 mil clientes conveniados e particulares, totalizando 10,7 mil internações. A assistência do Hospital conta com ambulatório geral, composto por 68 consultórios, em 35 diferentes especialidades, situados no Campus Dr. Franklin Olivé Leite; assistência ambulatorial realizada nas Unidades Básicas de Saúde, localizadas nos bairros Pestano, Nossa Senhora de Fátima e Santa Terezinha; pronto-atendimento de urgência nas áreas de Clínica Médica, Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia.

São destaques também os projetos Produção de Medicamentos ao Hospital Universitário São Francisco de Paula; Clínica Psicológica; Serviço de Psicologia no Hospital Universitário; LEAC – Laboratório Escola de Análises Clínicas (Posto Campus da Saúde e Postos dos bairros Pestano e Fátima); Saúde e Prevenção na Escola; Ambulatório de Feridas; Rua da Extensão (prevenção ao alcoolismo); Farmácia Escola em Ação; Grupo de Parkinson (pacientes da Associação Pelotense de Parkinsoniano); Liga Acadêmica de Saúde Coletiva – LASCO (comunidade em geral); UCPel Mais Saudável (engloba toda a comunidade UCPel).

Pelo exposto, no entendimento da CPA-UCPEL, os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito	1	2	3	4	5
	○	○	○	◉	○

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade.

A comunicação com a sociedade é uma preocupação constante da UCPel contribuindo ativamente para o desenvolvimento social e econômico de Pelotas e da região sul do RS. A Assessoria de Comunicação e Marketing desenvolve projetos que estimulam a comunicação interna e externa, em consonância com o PDI e as políticas institucionais. A UCPel utiliza-se de estratégias e meios efetivos na relação entre a instituição e seus públicos. Na comunicação interna são utilizados sistemas informatizados. O SAPU e a Intranet estabelecem a comunicação entre a Reitoria, diretores, coordenadores, setores, professores, funcionários e alunos.

. Síntese da Avaliação .

O Boletim on-line, com as notícias da UCPel, é remetido diariamente ao público interno. Visando o incremento da comunicação interna, encontra-se em fase de implantação o Sistema de Informações para o Ensino, criado como base de dados circulantes entre reitoria e as diferentes unidades acadêmico administrativas. Na comunicação externa, as ações são desenvolvidas pela assessoria de imprensa, sob diversas formas, inclusive por meio de campanhas de publicidade institucional. Diariamente são encaminhados releases aos veículos de comunicação de Pelotas e Região Sul, bem como são produzidas matérias especiais para publicações em nível nacional. O site oficial da UCPel traz informações de cursos, projetos, localização, formas de ingresso, benefícios, serviços à comunidade, notícias, eventos, e sua contribuição para a sociedade. Os veículos próprios de comunicação da UCPel também contribuem com a comunicação externa. A Rádio Universidade (RU) e a TV UCPel (a cabo) têm como prioridade informações referentes à UCPel, reconhecidos como importantes veículos propagadores de cultura, educação e informação à comunidade. Também são utilizadas diversificadas mídias abertas. Ações de relacionamento também têm sido um diferencial na forma de tratar potenciais alunos, como a campanha Escolha Certa (a universidade vai até os alunos de Ensino Médio), e o projeto Chegue Mais Perto (alunos do Ensino Médio visitam a UCPel). Outro destaque é a participação em feiras relevantes da região, como Fenadoce (Pelotas) e Festa do Mar (Rio Grande). A UCPel vai a feiras de profissões realizadas por escolas e instituições de Pelotas e região. A Ouvidoria é um órgão de assessoramento à Reitoria, que também cumpre importante papel na comunicação institucional, com atendimento presencial e digital, por meio de e-mail, no site da UCPel. A UCPel tem privilegiado, de modo especial, sua comunicação com a sociedade, de maneira a dar uma contribuição efetiva, envolvendo-se nas mais diversas áreas, consciente de sua responsabilidade, decorrente da Missão e de sua condição de universidade comunitária, comprometida com a educação, a cultura e o desenvolvimento social e econômico da região sul do Estado.

Assim, tanto os membros da Reitoria, como muitos de seus docentes e funcionários, participam, ativamente, de inúmeros “conselhos”, locais, regionais e nacionais. Exemplificativamente, podemos citar: Conselho Municipal de Saúde de Pelotas, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul do Estado, Conselho Deliberativo da Fundação Piratini (TV – Educativa do Rio Grande do Sul); Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI (Presidente), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Presidente).

Nesse sentido, finalizada a etapa de verificação das evidências apresentadas, pode constatar-se que as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI, os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES. A ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

Sendo assim, pode constatar-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito

1	2	3	4	5
○	○	○	◉	○

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Em 2010/2, o quadro docente está constituído por 334 professores, sendo 83 doutores (25%), 155 mestres (46%), 94 especialistas (28%) e dois graduados (1%). Com relação ao regime de trabalho, 66 (20%) docentes são contratados como horistas, 154 (46%) em regime parcial e 114 (34%) em tempo integral. A Capacitação Docente ultrapassa a concepção apenas do apoio à pós-graduação, estendendo a ideia a outros espaços de formação ética, de aperfeiçoamento didático-pedagógico, além de estágios e intercâmbios em áreas de interesse. Com base nisso são concedidos incentivos para apoio a: professores em cursos de pós-graduação; participação em cursos de formação continuada; apresentação de trabalhos em eventos científicos; estágios e intercâmbios; promoção de cursos e seminários voltados à formação ética e didático-pedagógica; assessoramento contínuo aos coordenadores e professores na elaboração e execução dos programas de aprendizagem e demais exigências do SINAES. Para o Quadro de Carreira do Corpo Docente, o recrutamento ocorre entre pessoas legalmente habilitadas, com competência técnica, responsabilidade profissional e idoneidade moral, que se comprometam a respeitar a fé, a doutrina e a moral Católicas. Ingressará no quadro de carreira o professor que, após estágio probatório de um ano, tiver sua atividade docente avaliada positivamente. O quadro de carreira docente, inicialmente homologado pela Portaria 103 da DRT do RS, de 28/07/1989, foi alterado em 1996 e protocolado no Ministério do Trabalho sob o nº 46273.000224/2010-92. Esse Quadro prevê que a ascensão na carreira pode ser horizontal, por níveis, dentro da mesma categoria, ou vertical, progredindo de categoria segundo sua qualificação e experiência profissional.

O adicional por tempo de serviço é de 3% do salário-base a cada 4 anos trabalhados, tendo, ainda um adicional por aprimoramento acadêmico de 15% para doutores e 10% para mestres. Além disso, os professores, para as horas trabalhadas em sala de aula, recebem um adicional de 20% na graduação, 30% na pós-graduação lato sensu e 50% na pós-graduação stricto sensu. O adicional sobre as horas trabalhadas em sala de aula não está previsto na Convenção Coletiva, sendo concedido por liberalidade da UCPel. O corpo técnico-administrativo é constituído por diferentes categorias funcionais, respeitada a complexidade, responsabilidade, grau de instrução e natureza da atividade. Cada categoria possui até 12 referências de progressão horizontal. São utilizados critérios de recrutamento interno e externo. A admissão de pessoal técnico-administrativo obedece às Diretrizes e Normas Gerais da UCPel, sendo a seleção feita por meio de entrevista, análise de currículo e outras técnicas aplicáveis. O ingresso é feito por Contrato de Experiência, por prazo não superior a 90 dias, favorecendo a avaliação de desempenho. O candidato aprovado no processo de seleção é enquadrado no início da tabela salarial do cargo para o qual foi contratado, respeitado o atual quadro de carreira do pessoal administrativo, protocolado no MTE sob o nº 46273.000225/2010-37. A UCPel tem realizado cursos e encontros para constante qualificação do quadro administrativo, respeitadas as áreas de atuação, necessidades individuais e da UCPel. Todos editais de seleção pública de pessoal docente ou técnico-administrativo, publicados pela Universidade, atendem às exigências do art. 93 da Lei 8.213/91 e dos arts. 4º e 36 do Decreto 3.298/99, com redação dada pelo Decreto 5.296/04. Quanto às condições de trabalho, a UCPel, por meio do serviço de Psicologia do Trabalho, dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), registrado no MTE sob o nº 1209902, e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), procura acompanhar, monitorar e qualificar permanentemente as pessoas e os ambientes de trabalho.

. Síntese da Avaliação .

Sendo assim, considerando-se o conjunto de evidências analisadas, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito	1	2	3	4	5
	○	○	◉	○	○

Dimensão 6 - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

A mantenedora da UCPel é a Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC), que, nessa qualidade, exerce a supervisão da entidade mantida, nos limites legais. A relação da Universidade com a mantenedora está definida no Estatuto da UCPel, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e financeira nos termos da legislação do ensino superior e do estatuto. Do ponto de vista hierárquico, a administração superior é exercida pelo Chanceler (Bispo Diocesano), Reitor e Vice-Reitor (escolhidos pelo Chanceler, auscultada a Comunidade), Pró-Reitores (Acadêmico e Administrativo), diretores dos centros (Ciências da Vida e da Saúde; Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais; Educação e Comunicação e o Politécnico, onde estão lotados os cursos, coordenadores e professores, compondo as unidades acadêmico-administrativas em que se efetivam as atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão relativas aos diferentes campos do saber) e Institutos de Teologia, de Filosofia e Cultura Religiosa.
Conta ainda com assessorias vinculadas à reitoria e às pró-reitorias, e dois órgãos auxiliares: Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP) e Rádio Universidade (RU). De acordo com os dispositivos regimentais e estatutários, existem duas instâncias colegiadas superiores: o Conselho Superior, órgão responsável pela observância dos princípios da doutrina e moral católicas, pela ordem econômico-financeira e pela aprovação do Estatuto da Universidade, com a seguinte composição: o Chanceler, como presidente; o Reitor e o Vice-Reitor; os pró-reitores; três representantes da Mantenedora, dois representantes da comunidade e dois representantes discentes. Conselho Universitário, órgão de natureza deliberativa de última instância da política e da administração ordinária da Universidade, na supervisão e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a seguinte composição: o Reitor, como presidente; o Vice-Reitor; os pró-reitores; os diretores dos centros; um diretor representante dos institutos superiores; um coordenador de curso por centro, um coordenador de programa de pós-graduação stricto sensu, um professor representando os institutos superiores, quatro professores, representando os docentes dos respectivos centros, todos estes, escolhidos por seus pares; o diretor do HUSFP, representando os órgãos auxiliares; quatro discentes, representando os alunos dos respectivos centros, escolhidos por seus pares. Existem, também, outras duas instâncias representativas, uma no nível dos centros e outra no nível dos cursos: o Conselho Consultivo, órgão de apoio à direção dos centros, com a seguinte composição: o diretor do centro, como presidente; os coordenadores dos cursos de graduação; os coordenadores dos cursos de pós-graduação stricto sensu; um professor representando o respectivo curso, escolhido por seus pares; estudantes na proporção de um quinto do total de membros, escolhidos por seus pares; e o Colegiado do Curso, órgão de caráter consultivo, composto por todos os professores que atuam no curso (graduação ou pós-graduação stricto sensu).

. Síntese da Avaliação .

Esta composição dos órgãos colegiados é reflexo da reestruturação acadêmico-administrativa da Universidade, vigente desde 2008. No nível da PRAC, existe, ainda, o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu e o Conselho de Extensão, regidos por resoluções próprias. Referenciada nas diretrizes estabelecidas para as IES católicas e nas suas próprias Diretrizes Gerais, a UCPel desenvolve suas ações em todos os níveis e segmentos acadêmicos. Nesse contexto, estabelece como prioridades o investimento no ser humano, reorientação continuada de sua proposta pedagógica, suporte infraestrutural indispensável e participação na melhoria de condições comunitárias, pautadas em princípios de qualidade, tendo estas ações formalizadas em documentos oficiais (PDI, PPI, PPC, dentre outros) visíveis ao corpo social interno e externo. Nesse sentido, considerando-se esse conjunto de evidências, pode constatar-se que a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI. A gestão institucional pauta-se em princípios de qualidade e resulta de diretrizes de ações. O funcionamento e a representatividade dos conselhos, colegiados ou equivalentes cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

Sendo assim, considerando-se o conjunto de evidências analisadas, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito

1	2	3	4	5
○	○	◉	○	○

Dimensão 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Para dar sustentação e apoio às atividades acadêmicas e serviços existentes, a UCPel mantém estrutura física distribuída em diferentes locais, grande parte na área Central. Para melhor gerenciamento dessa estrutura, está em curso a reformulação do Plano Diretor. São os seguintes os prédios e sua localização: Quarteirão compreendido pelas ruas Félix da Cunha, D. Pedro II, Gonçalves Chaves e Três de Maio (prédios A, B, C, D, E, F); Quarteirão compreendido pelas ruas Almirante Barroso, Três de Maio, Alberto Rosa e Gomes Carneiro (prédios G, H, I, J); metade do Quarteirão compreendido pelas ruas Anchieta, D. Pedro II e Félix da Cunha (prédios K, L, L1, M, M1); Rua Marechal Deodoro até a Rua Barão de Santa Tecla - Hospital Universitário (prédio N); Rua Padre Felício esquina Rua Santa Tecla e Rua Marechal Deodoro (anexos do HU); Avenida Fernando Osório - Bairro Três Vendas (prédios P, Q, R, S, T, U, V); localização diversificada – 16 prédios, entre eles: Unidades Básicas de Saúde (prédios Y07, Y08, Y12), Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Luz (prédio Y02), Morfologia (prédio Y06), Casa da Criança São Luis Gonzaga (prédio Y01), Instituto de Teologia (prédio Y09), Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (prédio Y11), Centro Administrativo (Y15) e Casa da Gestante (prédio Y16). A UCPel conta, ainda, com prédio na cidade de Santa Vitória do Palmar. A área total deste conjunto é de 52.695,16 m2. Uma característica da UCPel é o uso racional dos espaços. Com exceção de alguns laboratórios, salas especiais e dependências administrativas, as demais são de multiuso. Todas as dependências utilizadas para ensino são adequadas para esse fim. A manutenção e conservação dos espaços físicos ocorre de forma constante, com pessoal próprio.

. Síntese da Avaliação .

Os serviços de limpeza são executados nos três turnos (manhã, tarde e noite), igualmente com pessoal próprio. Nos dois quarteirões centrais e no hospital universitário, há geradores próprios de energia. O plano de acessibilidade da UCPel, em processo de implantação, tem como ação mais recentemente implementada o novo espaço da Secretaria Geral, que atende alunos, professores e comunidade, em local plenamente adequado e acessível. A infraestrutura física contempla áreas de convivência, espaços de alimentação e serviços, auditórios, capelas, piscina terapêutica, estúdios de TV e de produção fonográfica, rádio, clínica psicológica, assistência judiciária, posto do juizado especial cível, escritório de desenvolvimento regional, editora, laboratórios e salas de ensino prático experimental. Os serviços de biblioteca estão organizados em uma Biblioteca Central, localizada no prédio C e bibliotecas setoriais, nos prédios G, N, T, K e Y09. O acervo ultrapassa os 123 mil volumes e mais de 59 mil títulos. A seção de periódicos possui cerca de dois mil títulos. As bibliotecas estão informatizadas e adaptadas às novas tecnologias, sempre aprimorando os serviços e adquirindo bibliografia atualizada, de acordo com os planos de ensino e solicitações dos professores. O Laboratório de Multimídia, com acesso à internet, está disponível para pesquisa nas bases de dados. Há ainda a Comutação Bibliográfica, que possibilita o acesso, por solicitação, a artigos de periódicos científicos, via IBICT, BIREME e bases da CAPES. A Universidade desenvolveu um portal de comunicação para a comunidade acadêmica, denominado SAPU – Sistema de Apoio da UCPel. Está em processo de implantação o Sistema de Informações para o Ensino – SIE. Este sistema funciona em rede e é composto por diversos módulos totalmente integrados. Possui uma base de dados única, o que permitirá uma informação atualizada, ágil, segura e confiável. Alunos, professores e funcionários têm acesso a lazer e práticas esportivas, em espaços da UCPel; está prevista, ainda para 2010, a ampliação desses espaços. Diversas atividades culturais são apoiadas ou proporcionadas à comunidade, pela Universidade.
Sendo assim, considerando-se o conjunto de evidências analisadas, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 ○ 2 ○ 3 ◉ 4 ○ 5 ○

Dimensão 8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Com base na criação do SINAES (Lei 10.861, de 14/04/2004), a UCPel passou a adequar-se às novas exigências legais, constituindo sua CPA (Portaria 056/2004, de 07/06/2004), composta por doze pessoas, cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil, empossados pelo Reitor no dia 12 de julho daquele ano. Desde então, a CPA assumiu a responsabilidade pertinente e passou a seguir o Roteiro de Autoavaliação Institucional – CONAES/INEP, cumprindo as três etapas do processo de avaliação interna. A etapa de preparação, associada aos estudos sobre as diretrizes para a avaliação das IES, bem como a construção do Projeto de Autoavaliação, consumiram quase a totalidade do tempo destinado às ações da CPA em 2004. Sendo assim, somente após o envio desse Projeto ao INEP, em março de 2005, e a constituição da equipe executiva da CPA (coordenador, colaboradores e duas técnicas), em maio de 2005, foi que se desencadeou o processo de autoavaliação propriamente dito na Universidade, ou seja, passou-se às etapas de desenvolvimento e consolidação.

. Síntese da Avaliação .

A execução da autoavaliação na UCPel foi projetada com base nas seguintes ações: retomada e reflexão do processo de avaliação dos docentes em 2005/1 (com continuidade ininterrupta a cada semestre letivo); realização de pesquisas de opinião, a cada três anos, com os professores (on line), funcionários técnico-administrativos (por escrito), egressos (por telefone), comunidade geral (pesquisa de campo) e entidades parceiras (por escrito). Destacam-se nessas pesquisas de opinião, a publicação (via Internet) da sistematização obtida a partir dos questionários socioeconômicos de todos os cursos da UCPel, na medida em que seus estudantes fazem o ENADE. Integra, também, o processo de autoavaliação da UCPel, o levantamento de dados e informações descritivas, de acordo com o Instrumento de Avaliação Externa de Universidades do INEP (com previsão de continuidade ininterrupta e expectativa de acompanhamento da execução do PDI). Reitere-se, portanto, que o produto do processo de autoavaliação da UCPel atualmente representa um somatório de procedimentos que marcaram a longa experiência de avaliação institucional da Universidade. Há que se destacar, ainda, que o processo de autoavaliação da UCPel tem sido caracterizado pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação e a capacitação docente; seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas junto à comunidade acadêmica, aos egressos e às entidades parceiras; ou mesmo pela manutenção permanente do site que serve como referência e divulgação das ações da CPA. Os resultados têm servido para a Universidade refletir sobre os seus pontos fortes e fracos. No entanto, o principal fato que corrobora a incorporação dos resultados da avaliação no processo de gestão foi a construção do PDI-UCPel (2008-2012), com base nas dez dimensões do SINAES. Observe-se que essa ação passou a permitir o cotejamento entre o previsto e o realizado no PDI, de modo constante, na medida em que a CPA também passou a utilizar essa prática como principal estratégia de avaliação da Universidade.

Além dessas ações, a CPA disponibiliza vários relatórios que podem ser utilizados como instrumentos de autoavaliação dos cursos, dentre esses: os resultados da autoavaliação docente e da avaliação dos professores pelos estudantes; os indicadores das pesquisas de opinião dos professores e alunos, com base nos questionários socioeconômicos do ENADE; os dados das pesquisas de opinião com egressos, entidades parceiras e comunidade geral. Cabe ressaltar-se, finalmente, que tempestivamente a CPA da UCPel tem utilizado os formulários de cursos do e-MEC, os instrumentos de avaliação do INEP e os resultados e relatórios do ENADE como estratégias de reflexão à comunidade acadêmica a respeito de seus projetos pedagógicos, corpos sociais e infraestruturas físicas.

Sendo assim, pode constatar-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito

1	2	3	4	5
○	○	○	◉	○

Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos discentes.

As políticas de apoio e atendimento aos discentes na UCPel são viabilizadas, fundamentalmente, pela PRAC, por intermédio do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE). O NAE implementa as políticas de apoio e relacionamento com os estudantes, por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária, assim como se propõe a adotar mecanismos de recepção e acompanhamento dos discentes em parceria.

. Síntese da Avaliação .

Destacam-se dentre essas parcerias, a Capelania Universitária, a Assessoria de Comunicação e Marketing (ACM) e coordenações dos cursos, criando condições para o acesso e permanência na Universidade, em articulação com as diferentes unidades acadêmico-administrativas da UCPel. Dentre as atividades do NAE, além do atendimento acolhedor, podem ser destacados os seguintes programas: - Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil, que oportuniza aos estudantes a realização de atividades de pesquisa e extensão e de cursar disciplinas da graduação em instituições conveniadas; - Bolsas, Financiamentos e Convênios Estudantis, como o Programa Universidade para Todos – PROUNI; Bolsas aos Professores/Funcionários e Dependentes; Parcerias com Empresas – para concessão de descontos aos funcionários, Bolsa Estágio na UCPel e convênios com empresas para realização de estágios obrigatórios e não-obrigatórios. Disponibiliza informações, orienta e encaminha outras modalidades de financiamento estudantil, tais como: da Fundação Dom Antônio Zattera, do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e PRAVALER; - Programa de Apoio aos Estudantes Portadores de Necessidades Especiais, que visa a construção de políticas de apoio e inclusão acadêmica, oferecendo condições para que os portadores de necessidades especiais obtenham autonomia e participem de todos os espaços de convivência e estudos da instituição; - Programa de Apoio Pedagógico e Orientação Psicológica, que tem como objetivo atender à comunidade discente em suas dificuldades emocionais e psicopedagógicas. O atendimento psicológico tem perspectiva de ampliação com a elaboração do projeto de Orientação Profissional, inicialmente, junto aos alunos ingressantes e, posteriormente, estendendo-se aos demais. O apoio pedagógico está em fase de implantação, com a instalação do Laboratório de Aprendizagem, em parceria com o Curso de Pedagogia. O Portal do Egresso, já implementado por alguns cursos, está em fase de ampliação. Os egressos da UCPel recebem subsídios em cursos de pós-graduação lato sensu.

Já o aluno melhor colocado no curso de graduação, com média igual ou superior a 9,0, recebe bolsa integral em curso de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, a sua escolha, como forma de criar oportunidades de formação continuada. A UCPel também oferece apoio à divulgação científica (FADC), na forma de complementação financeira, aos bolsistas de iniciação científica e alunos de pós-graduação stricto sensu, para subsidiar a participação em eventos científicos externos à UCPel. Também, os alunos de graduação recebem apoio financeiro para participação em eventos de interesse na sua área de formação. As acolhidas aos alunos, na UCPel, têm proporcionado aos estudantes momentos de cultura e lazer; a Mostra de Música Popular tem aberto espaços para novos talentos da comunidade. O grupo THOLL, nascido para desenvolver talentos de crianças e jovens da periferia, tem sido desde o início, apoiado pela UCPel, por ter o entendimento de que o Grupo, a um só tempo, promove importante inclusão social e valoriza a cultura local. O projeto Esporte UCPel destina-se a proporcionar a participação, na equipe adulta de FUTSAL, de alunos e egressos, contemplando um espaço paralelo de uma escolinha de FUTSAL para crianças da comunidade. A equipe adulta participa do campeonato estadual, sendo a única representante da cidade nesse evento. A Universidade também aposta em talentos da cidade, na área esportiva ou cultural.

Sendo assim, entende-se que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 ○ 2 ○ 3 ◉ 4 ○ 5 ○

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A UCPel completa 50 anos no dia 7 de outubro de 2010. Ao longo de sua existência, construiu sólido patrimônio e forte atuação na região sul do Rio Grande do Sul. Embora alguns momentos de maior dificuldade, tem mantido estável seu número de alunos nos cursos de graduação, reiterando seu compromisso com a oferta e a continuidade destes cursos, sempre que isso não afete sobremaneira sua sustentabilidade. Os projetos estão direcionados para a qualificação dos cursos oferecidos, com preocupação constante com a oferta, inclusive, dos cursos de licenciatura, que estão na origem da Universidade, mesmo considerando sua baixa demanda. Considerando as políticas estabelecidas no PPI e os objetivos e metas do PDI, a UCPel tem procurado manter coerência na sua sustentabilidade financeira, nos orçamentos e programas de trabalho. A maior parte dos recursos das receitas previstas no orçamento (mais de 97%) são provenientes dos pagamentos das mensalidades dos alunos. Esse condicionante orçamentário é que, via de regra, tem determinado os limites para as despesas da Universidade. Neste particular há variações semestrais que obrigam a IES a tomar medidas de adequação de seus custos a fim de alcançar seus objetivos no ensino, pesquisa e extensão. Os recursos oriundos de convênios/contratos, destinados à pesquisa ou extensão, são, na UCPel, considerados extra-orçamentários. Dentre as medidas de adequação de custos, a Universidade efetua um controle das despesas efetivas, utilizando-se do orçamento como a ferramenta gerencial integrada às políticas de planejamento da Instituição. Nesse formato, a qualificação dos processos de informação tornou-se necessária. Além disso, a Universidade utiliza-se de um sistema de custos estruturado à sua realidade acadêmico-administrativa, facilitando a tomada de decisão pelos gestores.

Uma das importantes medidas adotadas foi a reestruturação acadêmico-administrativa, com racionalização da estrutura organizacional e essencialização de cursos e currículos. Essa medida levou à criação da Pró-Reitoria Acadêmica e à criação de quatro centros, unidades acadêmico-administrativas, antes organizadas em dez escolas. No mesmo sentido, a Universidade está revendo seus processos de trabalho na busca da racionalização e aperfeiçoamento de suas atividades no sentido de obter maior eficiência e eficácia. Tais medidas têm permitido criar um ambiente integrado que proporciona o entrosamento entre as áreas acadêmico-administrativas possibilitando, inclusive, a redução de custos. Muito embora as medidas adotadas tenham como objetivo a sustentabilidade financeira, a Universidade mantém uma política de alocação de recursos para viabilizar o aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho oferecidas ao corpo docente e corpo técnico-administrativo. Na mesma direção, há alocação de recursos que atenderão às políticas de melhoria do dimensionamento das áreas de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e estímulo à produção acadêmica. As políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão estão apontadas no PDI (2008-2012), especificamente entre os objetivos e metas das dimensões 7 e 10. Cabe salientar que nos últimos dez anos houve um aumento de 63% da área construída da instituição, o que vem corroborar o plano de desenvolvimento previsto pela Universidade. A análise geral das medidas adotadas pela UCPel para a manutenção de sua sustentabilidade financeira está delineada entre os objetivos e metas descritos na dimensão 10 do PDI. Novos convênios com instituições públicas e privadas têm sido prospectados e viabilizados, com objetivo de captar novas fontes de recursos que contribuam para a sustentabilidade financeira da UCPel, bem como para sua expansão.

. Síntese da Avaliação .
Sendo assim, entende-se que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 ○ 2 ○ 3 ◉ 4 ○ 5 ○

. REQUISITOS LEGAIS .
Indicador 1 - Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004).
ATENDE

. REQUISITOS LEGAIS .
Indicador 2 - Titulação do corpo docente (Lei 9.394/1996 – Art. 52).
ATENDE

. REQUISITOS LEGAIS .
Indicador 3 - Regime de trabalho do corpo docente (Lei 9.394/1996 – Art. 52).
ATENDE

. REQUISITOS LEGAIS .
Indicador 4 - Plano de cargo e carreira (Protocolado no MTE).
ATENDE

. REQUISITOS LEGAIS .
Indicador 5 - Forma legal de contratação de professores (CLT – Art. 2º e 3º).
ATENDE

. Parecer Final .
A CPA-UCPel apresenta o seguinte resumo da avaliação qualitativa das 10 dimensões avaliadas: Dimensão 1 – As propostas constantes no PDI (2008-2012) estão adequadamente explicitadas, implementadas e articuladas às funções, órgãos e sistemas de administração / gestão, sendo alimentadas pelos resultados da autoavaliação e das avaliações externas.

. **Parecer Final** .
Considerando, especialmente a elaboração do PDI (2008-2012) com base na lógica dos instrumentos de avaliação externa no INEP, a CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 2 – As propostas de cursos de graduação, presenciais; de cursos de pós-graduação (stricto e lato); e as políticas de pesquisa e extensão são coerentes com o PDI (2008-2012), estão adequadamente implementadas e acompanhadas e atendem a critérios de qualidade. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 3 – As políticas de responsabilidade e inclusão social e de relação com a sociedade, pautadas pelo envolvimento com o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região e com a defesa do meioambiente e do patrimônio artístico-cultural, são coerentes com o PDI (2008-2012) e estão adequadamente implementadas e acompanhadas. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro ALÉM ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 4 – As políticas e ações de comunicação são coerentes com o PDI (2008-2012), incluem uma ouvidoria e estão adequadamente implementadas e acompanhadas. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro ALÉM ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 5 – As políticas de pessoal para docentes estão dispostas em planos de cargos e salários, em acordo com a legislação vigente, são coerentes com o PDI (2008-2012) e estão adequadamente implementadas. Os quadros docente e técnico atendem, igualmente, aos requisitos mínimos de composição. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 6 – A organização e gestão da UCPel estão coerentes com o PDI (2008-2012), são pautadas por princípios de qualidade e asseguram adequadamente a representatividade e cumprimento de dispositivos regimentais e estatutários dos conselhos Superior, Universitário e colegiados. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 7 – As instalações gerais da UCPel – para os cursos presenciais – estão coerentes com as especificadas no PDI (2008-2012), favorecem adequadamente o ensino, a pesquisa, a convivência e as práticas culturais e de lazer e as bibliotecas são adequadamente atualizadas e ampliadas. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 8 – O planejamento e a avaliação são coerentes com o PDI (2008-2012), a CPA tem representatividade e funciona adequadamente e os resultados das avaliações estão apropriadamente divulgados e retroalimentam as decisões da Instituição. Considerando o estágio avançado que se encontra o processo de autoavaliação da UCPel, especialmente se comparado à maioria das IES brasileiras, conforme pesquisa divulgada pelo INEP, durante a realização dos seminários regionais para os coordenadores de CPAs, a CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro ALÉM ao que expressa o referencial mínimo de qualidade. Dimensão 9 – As políticas de atendimento aos discentes (voltadas ao acesso, seleção e permanência de estudante, ao apoio ao desenvolvimento acadêmico e ao acompanhamento de egressos) estão coerentes com o PDI (2008-2012) e estão adequadamente implementadas.

. Parecer Final .

A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 10 – A gestão financeira da UCPel está coerente com o PDI (2008-2012), é voltada para sua sustentabilidade, está adequadamente equilibrada e considera expansão / conservação necessárias à implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão. A CPA-UCPel entende que os indicadores desta Dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

O resultado dessa síntese está expresso no quadro abaixo:

DIMENSÃO	CONCEITO	PESO
Dimensão 01	4	05
Dimensão 02	3	35
Dimensão 03	4	05
Dimensão 04	4	05
Dimensão 05	3	20
Dimensão 06	3	05
Dimensão 07	3	10
Dimensão 08	4	05
Dimensão 09	3	05
Dimensão 10	3	05

⇨ **NOTA = 3,20** (passível de arredondamento)

Considerando, portanto, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior-CONAES e neste instrumento de avaliação, a Universidade Católica de Pelotas - UCPel apresenta um perfil SATISFATÓRIO de qualidade.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os princípios do SINAES, a avaliação externa constitui-se em uma das etapas do processo de avaliação do sistema e das IES.

Em diálogo com os esforços de autoconhecimento promovidos pela IES, a avaliação externa tem como objetivo dar subsídios para o aprimoramento dos processos institucionais que buscam a qualidade.

Nesse sentido, presume-se que a interação entre avaliação interna e externa parte do princípio de que o aprimoramento de uma IES depende do permanente exercício de auto-reflexão, considerando referenciais particulares e universais de qualidade. Conclui-se, portanto, que a avaliação externa está ancorada e tem como principal fonte de informação um sistemático e bem realizado processo de avaliação interna ou de autoavaliação.

Sendo assim, muito mais do que anexar o presente Relatório de Autoavaliação (2010) no e-MEC para cumprir um mero protocolo, a CPA-UCPel pretende que seu conteúdo sirva como significativa fonte de informação e inspiração ao processo constante de aprimoramento da Universidade.

A UCPel precisará nos próximos anos manter o perfil satisfatório de qualidade apontado no presente Relatório, perseguindo patamares mais elevados. Deverá, com base no PDI (2008-2012), cumprir minimamente a integralidade de seus objetivos e metas.